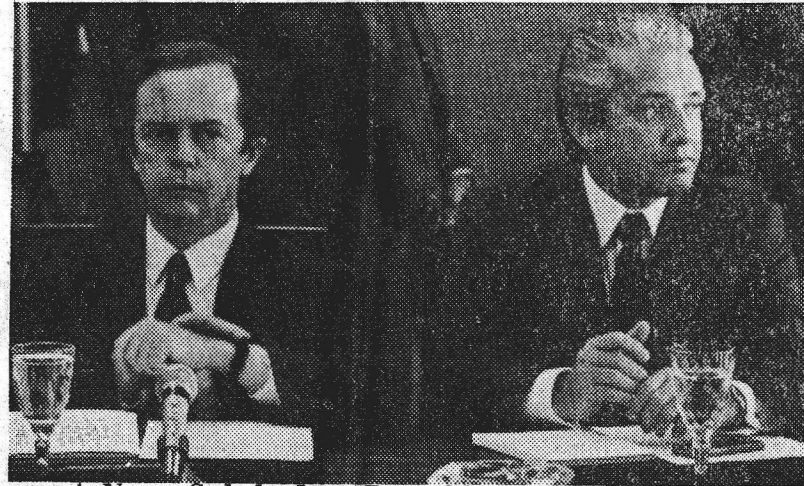


Sarney anuncia sacrifícios em reunião ministerial

Brasília — Wilson Pedrosa



A Norte-Sul de José Reinaldo (D) perderá 1.000 quilômetros: Abreu fechou a boca do cofre e cortou verba

BRASÍLIA — O presidente José Sarney garantiu, durante a reunião ministerial convocada para discutir o Orçamento de 1989, que conseguirá domar a inflação sem imediatismo, mas com perseverança e pragmatismo. Para isso, alertou, “não serão poucos os sacrifícios”. Justificando a adoção de “medidas muito duras” para afastar o perigo do descontrole total da economia, criticou os ataques frequentes ao Governo.

A reunião durou pouco mais de uma hora, e não houve o esperado debate entre os ministros. Sarney, após discursar, passou a palavra ao ministro do Planejamento, João Batista de Abreu, que deu as linhas gerais do Orçamento Geral da União para o próximo ano. A reunião foi encerrada sem que os demais ministros pudessem manifestar-se.

O coordenador de Comunicação Social do Ministério do Planejamento, Fernando Martins, informou que a partir de hoje os ministérios receberão as propostas da Seplan de cortes no Orçamento. Cada ministério terá autonomia para fazer as adaptações que quiser, dentro do limite global fixado pela Seplan, mas todas as mudanças serão comunicadas à Secretaria de Orçamento e Finanças. As negociações sobre os cortes começarão na próxima semana.

Sem contestação — Em seu discurso, após reafirmar as críticas aos trabalhos da Constituinte, Sarney anunciou que, diante de alguns capítulos votados e aprovados, não contestará a nova Carta. Contudo, advertiu que, diante da nova realidade econômica resultante das normas constitucionais, os diversos segmentos da sociedade precisarão também assumir nova mentalidade: “Para fazer a Constituição vitoriosa, os trabalhadores deverão ter a consciência de que, ao assumirem direitos, terão deveres a cumprir, até mesmo para preservar os direitos adquiridos.”

Os empresários, explicou o presidente, terão de ampliar o sentido social da empresa moderna e trabalhar dentro do espírito de competição, sem ajudas e sem subsídios, e caberá à União a responsabilidade da segurança nacional, da formulação da política econômica, da manutenção dos poderes Judiciário e Legislativo e da política externa.

A partir das medidas aprovadas pela Constituinte, que garantem novos recursos e responsabilidades aos estados e municípios, o presidente alertou: “A União não terá mais recursos próprios para transferir a estados ou municípios, nem mesmo para atender a qualquer emergência. Os estados mais pobres terão de reformular com rigor suas próprias políticas de aplicação de recursos.”

Quadro complexo — O presidente Sarney considerou a reunião de ontem um momento histórico na vida do país, e garantiu, mais uma vez, que não combaterá o déficit público com emissão de moeda ou ampliação da dívida interna: “Num quadro complexo como o brasileiro, no qual sobressaem a inflação alta, a dívida elevada e a necessidade de reequilibrar o setor público, emitir significa mais inflação”, argumentou.

Sobre a inflação, Sarney afirmou que “ela é uma porta aberta aos fariseus, que pregam sua extinção e se locupletam nos cartórios, nos acordos de preços, nos monopólios disfarçados e interesses ideológicos incofessados e mascarados”.

Enquanto o presidente José Sarney discursava, o ministro da Justiça, Paulo Brossard, cochilava, e Roberto Cardoso Alves e Ralph Biasi, recém-empossados, desenhavam. Os ministros Hugo Napoleão e João Alves chegaram ao Planalto com quase 15 minutos de atraso e, por ordem do Cerimonial, tiveram de permanecer de pé por um longo tempo no salão presidencial.

O presidente José Sarney poderá convocar outra reunião do ministério, na próxima semana, para apresentar os números consolidados dos cortes nos gastos do governo que serão apresentados ao Congresso Nacional. A informação foi dada pelo próprio Sarney antes de encerrar a reunião de ontem.

Avaliação — O fato mais importante da reunião, na avaliação do líder do PFL no Senado, Marcondes Gadelha (PB), foi a definição dos critérios de cortes que serão adotados nos ministérios: subsídios, novos investimentos e gastos associados a atividades privatizáveis.

Outra informação importante foi dada pelo ministro João Batista de Abreu: O déficit público anualizado, segundo os cálculos feitos na Seplan, seria hoje de 3,8% do PIB.